

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	2
Título: Do lixo ao luxo.....	2
Título: Guedes quer reduzir preço de gás à metade	2
Título: Petrobrás venderá rede de postos no Uruguai.....	3
Título: Presidente da Petrobrás pode ganhar 13 salários extras por novo sistema de bônus ..	4
Título: Força-tarefa denuncia 13 por fraudes no Petros	6
Título: Por cessão onerosa, o teto vai mudar	6
Título: Presidente da Petrobrás pode ganhar 13 salários extras por novo sistema de bônus ..	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Planalto recua de ordem de avaliar comerciais de estatais	9
Título: Petrobras prepara venda de 8 das 13 refinarias.....	11
Título: Bandeira amarela é acionada, e energia terá sobretaxa em maio	12
Título: Guedes afirma que burocracia impede baixa preço do gás	13
Título: Vale haveria alterado cálculos para obter laudo de barragem.....	13
VEÍCULO: O Globo	15
Título: A Petrobras deve ser privatizada?	15
Título: Petrobras quer vender oito refinarias, do Sul ao Nordeste.....	17
Título: É preciso elevar pena para furto de combustível	19
Título: Na conta da milícia	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Vazamento de gasolina	20
Título: Maio com extra na luz	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 27/04/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Do lixo ao luxo**Direto da fonte**

Ricardo Salles replica sua decisão tomada na época em que exerceu o cargo de secretário de Alckmin na União. Ele liberou utilização do lixo para geração de energia. Para tanto, o ministro do Meio Ambiente mais seus colegas **Bento Albuquerque** e Gustavo Canuto já assinaram portaria interministerial detalhando a medida. "Isso vai revolucionar o mercado de geração de energia e, ao mesmo tempo, ajuda a retirar lixo entulhado nos aterros e nas ruas", explica Salles.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 27/04/2019**Seção:** Economia**Autor:** Denise Luna / RIO**Título:** Guedes quer reduzir preço de gás à metade

Segundo ministro, pacote de medidas terá impacto na conta de luz do brasileiro e vai garantir reindustrialização do País

O governo prepara um pacote de medidas que tem por objetivo reduzir o preço do gás natural pela metade, o que terá impacto na conta de luz do brasileiro e vai garantir a reindustrialização do País, afirmou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. A estratégia será acabar com o monopólio da Petrobrás nos setores de transporte e distribuição, por meio de decisões infralegis, ou seja, que não dependem de lei, que serão anunciadas nos próximos 30 a 60 dias, segundo Guedes.

"A ideia é levar para as famílias brasileiras pela metade do preço. Reindustrializar o País com energia barata é muito atraente para nós", disse Guedes em entrevista na porta do Ministério da Economia no Rio, de onde despacha às sextas-feiras. Ao lado de Guedes, o ex-presidente do Banco Central e economista da FGV Carlos Langoni, que há meses costura o plano "Novo Mercado do Gás Natural" transitando entre os ministérios da Fazenda e de

Minas e Energia, classificou o processo de redução do preço do gás como "medida de uma simplicidade franciscana".

As medidas estão sendo preparadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis (ANP) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Concorrência. A expectativa é de que com a redução da atuação da Petrobrás no transporte e na distribuição, outros atores passem a atuar no mercado e a concorrência traga a queda de preços. Com a venda de gasodutos, o que já vem sendo feito pela Petrobrás, serão negociados novos contratos com as distribuidoras de gás dos Estados, que teriam interesse em um acordo que fosse atrelado ao déficit fiscal. Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Sergipe serão os primeiros a negociar mudanças nessa área, segundo uma fonte que acompanha o projeto de perto.

O plano do governo é todo baseado na projeção de aumento da produção de gás natural no País, atualmente em torno dos 80 milhões de metros cúbicos diários, mas que vai mais que dobrar nos próximos anos com a evolução da exploração do pré-sal. A Petrobrás hoje é responsável por 98% da produção. O restante é dividido entre Total (0,8%), Shell (0,4%), Chevron (0,2%) e outros (0,5%). Em documento assinado por várias entidades que representam empresas que utilizam gás no País, a iniciativa do governo é aplaudida por indicar uma agenda para um ciclo de crescimento sustentado. "A reforma do setor de gás natural é parte dessa agenda, com enorme capacidade de atrair investimentos e gerar renda e empregos", afirma o documento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Ciarelli / RIO Mônica Scaramuzzo

Título: Petrobrás venderá rede de postos no Uruguai

Estatual também pretende levantar US\$ 15 bi com a venda de 8 refinarias no País, entre elas, Abreu e Lima; companhia vai reduzir ainda fatia na BR

A Petrobrás quer se desfazer de seus negócios de distribuição de gás e da rede de postos de combustíveis no Uruguai. "A escala que temos no Uruguai não nos interessa", disse Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás ao "Estadão/Broadcast". Líder no Brasil em distribuição de combustível, com a BR Distribuidora, a petroleira colocará à venda a rede com 70 postos naquele país, e vai negociar com o governo uruguaio devolver a concessão de distribuição de gás. Segundo Castello Branco, a estatal compra gás natural da Argentina a preço de mercado e no Uruguai a preço tabelado.

A estatal opera as distribuidoras MontevideoGas e Conecta. "Esses negócios dão prejuízo." Essa decisão faz parte do programa de venda de ativos não estratégicos, que está em curso pela Petrobrás. A estatal comunicou ontem que também pretende vender oito refinarias no Brasil, entre elas a Abreu e Lima. São 13 unidades no total, com produção de 2,2 milhões de barris diárias. "A intenção é vender metade da nossa capacidade de produção", disse Castello Branco. A estatal pretende levantar US\$ 15 bilhões com a venda dessas refinarias. Se a estratégia for levada adiante, a Petrobrás vai deixar de ter o monopólio de refino no Brasil.

"É uma anomalia uma única empresa ter 98% da capacidade de produção de determinados produtos, qualquer que seja a circunstância", disse Castello Branco. Empresas especializadas em refino e tradings estão entre as potenciais interessadas no negócio. Castello Branco afirmou que a Petrobrás não venderá as refinarias a um único comprador para evitar monopólios regionais. A meta é vender 100% de cada unidade de refino. Nesta semana, a petroleira anunciou a venda de US\$ 10,3 bilhões em ativos de um plano total de US\$ 27 bilhões.

Na quinta-feira, comunicou ao mercado a venda do gasoduto TAG para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões, da plataforma do campo de Tartaruga Verde (comprada pela Petronas, da Malásia, por US\$ 1,3 bilhão) e do polo do Riacho da Forquilha, arrematada pela baiana PetroRecôncavo, por US\$ 384 milhões. Estão na lista da estatal para desinvestimentos a Liquigás (botijão de gás), a fatia da Petrobrás na Braskem. Além da redução da fatia na BR Distribuidora – hoje em 71%. A companhia pretende fazer uma nova oferta de ações da empresa na Bolsa.

Gás. A estatal também está revendo sua estratégia na área de distribuição de gás canalizado no País. O professor Luciano Castro foi contratado para reavaliar o papel da estatal no segmento. "Esse é um setor que vai sofrer mudanças de regulação para estimular competição e investimentos", disse o executivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Presidente da Petrobrás pode ganhar 13 salários extras por novo sistema de bônus

Mudança. Nova metodologia troca a participação nos lucros e resultados (PLR) por um sistema de remuneração variável baseado em eficiência e meritocracia; segundo executivo da estatal, topo da remuneração só será atingido com a venda de ativos

A Petrobrás começou a executar um programa de eficiência e meritocracia entre os seus funcionários, nos mesmos moldes da iniciativa privada. O primeiro passo foi anunciar o fim da participação nos lucros (PLR) para, em seu lugar, adotar uma remuneração variável, que começará a ser paga no ano que vem. Documento apresentado aos funcionários no início deste mês e obtido pelo "Estadão/ Broadcast" mostra que, pelas novas regras, o presidente da Petrobrás poderá receber até 13 salários a mais em um ano, dobrando seus ganhos, se as métricas da empresa forem ultrapassadas.

Se o centro das metas for atingido, o bônus deve chegar a dez remunerações extras. Pelas regras atuais, o teto da remuneração extra é de oito salários. No ano passado, o ganho médio dos diretores da estatal foi de R\$ 2,1 milhões, sem contar os bônus. Para o pessoal operacional e sem cargo de chefia, o ganho máximo é de 2,6 salários adicionais, se o desempenho for excepcional. Se as metas forem atingidas, pode chegar a dois salários. O gerente executivo de gestão de pessoas da Petrobrás, Cláudio Costa, atrelou o aumento da renda dos funcionários da empresa à venda de ativos. Segundo ele, à medida que as metas financeiras e de segurança forem atingidas, maior a chance de os empregados receberem remunerações mais robustas.

"Os funcionários e executivos só vão chegar ao topo da remuneração com o desinvestimento, porque as metas financeiras incluem a desalavancagem (redução do compromisso do caixa com o pagamento da dívida), que depende da venda de ativos", acrescentou. Para ter uma referência de como a iniciativa privada funciona, a Petrobrás contratou estudo de uma consultoria. Com base nesse estudo, Costa diz que a remuneração variável dos empregados ficará em linha com a média do mercado, enquanto a do presidente e de executivos "ficará bem abaixo".

"Um executivo desse patamar (do presidente da empresa, Roberto Castello Branco) ganharia fácil em torno de 20 remunerações variáveis, mas temos uma limitação imposta pela Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ligada ao ministério da Economia)", afirmou. A FUP, sindicato dos trabalhadores do setor de petróleo, contesta a posição da empresa. "Se a diretoria acabar com a PLR vai descumprir a lei (10.101/2000). Se não há um entendimento com o sindicato, tem de haver uma mediação e depois uma arbitragem. A empresa pode pagar o que quiser de remuneração variável, mas não pode substituir a PLR. E, se vender todos os ativos, não vai ter nem empregado para receber nada", disse o coordenador da federação, José Maria Rangel.

"O fim da PLR e sua substituição pelo prêmio de performance é uma mensagem para os funcionários e sindicatos. Todas as grandes corporações fazem isso. O problema é como será aplicado", afirmou Herbert Steinberg, presidente da

Mesa Corporate Governance, consultoria especializada em gestão de empresas e recursos humanos. Ele diz que é preciso utilizar ferramentas de controle para fazer valer a meritocracia, para que as metas não sejam nem frouxas nem rígidas demais, mas factíveis.

Já Fernando Filardi, professor do Mestrado Profissional em Administração do Ibmecc, chama a atenção para o perigo de a remuneração estar atrelada, principalmente, a resultados financeiros. "As empresas estão estimulando cada vez mais os gestores a focarem em resultados financeiros, e isso não é saudável. Os resultados, especialmente os mais danosos, vêm no longo prazo e são uma tragédia, em alguns casos crime ambiental, crime contra a vida", avalia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Força-tarefa denuncia 13 por fraudes no Petros

A força-tarefa Greenfield denunciou ontem 13 pessoas por supostas fraudes milionárias no Fundo de Pensão Petros, dos funcionários da Petrobrás. A Procuradoria da República no Distrito Federal aponta a prática de gestão fraudulenta aos gestores do Fundo e desvio de recursos aos diretores das empresas acusadas, e pede reparação às vítimas, que inclui multa de R\$ 825 milhões, correspondente a três vezes o valor do suposto desvio. A Petros afirmou que vem colaborando com as investigações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Por cessão onerosa, o teto vai mudar

Aprovada em 2016, a emenda que criou o teto de gastos vai mudar para abrir espaço ao pagamento de R\$ 33,6 bilhões (US\$ 9 bilhões) que a União deve à Petrobrás pela revisão do contrato de cessão onerosa de exploração do pré-sal. A coluna apurou que a equipe econômica está negociando com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que o pagamento fique fora do teto do gastos. Será o primeiro ajuste do teto, instrumento de política fiscal que limita o crescimento do gasto público.

A estratégia que está sendo acertada é mudar a emenda do teto de gastos por meio da PEC do Orçamento impositivo, que voltou para a Câmara depois das alterações feitas no Senado. Será preciso incluir na lista de exceções do limite

do teto o crédito extraordinário para o pagamento à Petrobrás. Hoje, só ficam fora do teto as transferências constitucionais, créditos extraordinários, capitalização de empresas estatais e gastos da Justiça com eleições. Se houver acordo, com a mudança a PEC terá de voltar para uma última votação no Senado.

Sem essa exceção, o Tesouro não poderia fazer o pagamento à Petrobrás porque esse gasto é considerado uma despesa primária e não há espaço no teto para acomodar volume de recursos tão elevados. Mesmo que a dívida fosse parcelada em três vezes, como é permitido no contrato. O pagamento previsto no acordo de revisão da cessão onerosa é necessário para a realização do leilão do excedente dos barris de petróleo encontrado na área da cessão. O governo pretende arrecadar R\$ 106 bilhões com o leilão e queria fazer um acerto de contas sem passar pelo teto de gastos. A análise jurídica evidenciou que não seria possível, principalmente por conta dos riscos futuros com o Tribunal de Contas da União.

O próprio acordo de revisão que chegou ao valor devido pela União à companhia de US\$ 9 bilhões terá de ser referendado por meio de aprovação de projeto no Congresso. O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário Especial de Economia, Waldery Rodrigues, chegaram a dar declarações de que não era necessário um projeto para referendar o acordo da revisão. A queda de braço em torno do assunto com os parlamentares vem desde a transição, no ano passado, quando o time de Guedes começou a costurar uma saída sem o Congresso.

A equipe econômica foi alertada, no entanto, pelo presidente Maia e senadores que uma decisão nesse caminho abriria um quadro de insegurança jurídica que colocaria em risco o próprio apetite dos investidores no megaleilão do pré-sal, marcado para outubro. Os investidores poderiam ficar receosos de colocar dinheiro no leilão com um risco de judicialização que, na prática, já começou. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) se antecipou e entrou com uma ação popular na 7.^a Vara Federal para impedir que o leilão do excedente da cessão onerosa seja realizado sem aprovação das duas Casas.

Em reunião na semana passada, a equipe econômica acabou recuando dessa posição, e negocia agora a aprovação de projeto que vai referendar o acordo de revisão e definir a divisão dos recursos do pré-sal com Estados e municípios. Uma das propostas é reunir dois projetos que têm relatoria dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Otto Alencar (PSD-BA). O ministro Paulo Guedes já antecipou que vai dividir 70% das receitas com Estados e municípios. A promessa será cobrada pelo Congresso. Os bilhões da cessão onerosa representam fôlego extra para a sobrevivência no curto prazo dos governadores e prefeitos.

É JORNALISTA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Presidente da Petrobrás pode ganhar 13 salários extras por novo sistema de bônus

Mudança. Nova metodologia troca a participação nos lucros e resultados (PLR) por um sistema de remuneração variável baseado em eficiência e meritocracia; segundo executivo da estatal, topo da remuneração só será atingido com a venda de ativos

A Petrobrás começou a executar um programa de eficiência e meritocracia entre os seus funcionários, nos mesmos moldes da iniciativa privada. O primeiro passo foi anunciar o fim da participação nos lucros (PLR) para, em seu lugar, adotar uma remuneração variável, que começará a ser paga no ano que vem. Documento apresentado aos funcionários no início deste mês e obtido pelo "Estadão/ Broadcast" mostra que, pelas novas regras, o presidente da Petrobrás poderá receber até 13 salários a mais em um ano, dobrando seus ganhos, se as métricas da empresa forem ultrapassadas.

Se o centro das metas for atingido, o bônus deve chegar a dez remunerações extras. Pelas regras atuais, o teto da remuneração extra é de oito salários. No ano passado, o ganho médio dos diretores da estatal foi de R\$ 2,1 milhões, sem contar os bônus. Para o pessoal operacional e sem cargo de chefia, o ganho máximo é de 2,6 salários adicionais, se o desempenho for excepcional. Se as metas forem atingidas, pode chegar a dois salários. O gerente executivo de gestão de pessoas da Petrobrás, Cláudio Costa, atrelou o aumento da renda dos funcionários da empresa à venda de ativos. Segundo ele, à medida que as metas financeiras e de segurança forem atingidas, maior a chance de os empregados receberem remunerações mais robustas.

"Os funcionários e executivos só vão chegar ao topo da remuneração com o desinvestimento, porque as metas financeiras incluem a desalavancagem (redução do compromisso do caixa com o pagamento da dívida), que depende da venda de ativos", acrescentou. Para ter uma referência de como a iniciativa privada funciona, a Petrobrás contratou estudo de uma consultoria. Com base nesse estudo, Costa diz que a remuneração variável dos empregados ficará em linha com a média do mercado, enquanto a do presidente e de executivos "ficará bem abaixo".

"Um executivo desse patamar (do presidente da empresa, Roberto Castello Branco) ganharia fácil em torno de 20 remunerações variáveis, mas temos uma limitação imposta pela Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ligada ao ministério da Economia)", afirmou. A FUP, sindicato dos trabalhadores do setor de petróleo, contesta a posição da empresa. "Se a diretoria acabar com a PLR vai descumprir a lei (10.101/2000). Se não há um entendimento com o sindicato, tem de haver uma mediação e depois uma arbitragem. A empresa pode pagar o que quiser de remuneração variável, mas não pode substituir a PLR. E, se vender todos os ativos, não vai ter nem empregado para receber nada", disse o coordenador da federação, José Maria Rangel.

"O fim da PLR e sua substituição pelo prêmio de performance é uma mensagem para os funcionários e sindicatos. Todas as grandes corporações fazem isso. O problema é como será aplicado", afirmou Herbert Steinberg, presidente da Mesa Corporate Governance, consultoria especializada em gestão de empresas e recursos humanos. Ele diz que é preciso utilizar ferramentas de controle para fazer valer a meritocracia, para que as metas não sejam nem frouxas nem rígidas demais, mas factíveis.

Já Fernando Filardi, professor do Mestrado Profissional em Administração do Ibmec, chama a atenção para o perigo de a remuneração estar atrelada, principalmente, a resultados financeiros. "As empresas estão estimulando cada vez mais os gestores a focarem em resultados financeiros, e isso não é saudável. Os resultados, especialmente os mais danosos, vêm no longo prazo e são uma tragédia, em alguns casos crime ambiental, crime contra a vida", avalia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe e Julio Wiziack

Título: Planalto recua de ordem de avaliar comerciais de estatais

Governo descobre que medida fere a lei; Bolsonaro interveio em vídeo do BB

O governo Jair Bolsonaro (PSL) recuou e decidiu reexaminar a determinação para que empresas estatais submetam previamente à avaliação da Secom (Secretaria de Comunicação Social) campanhas publicitárias de natureza mercadológica.

Na quarta-feira (24), a orientação foi dada a companhias públicas em email enviado pelo secretário de Publicidade e Promoção da Secom, Glen Lopes Valente.

Segundo ele, a instrução normativa que disciplina a publicidade federal seria atualizada, em momento oportuno, com a inclusão da ordem.

Em nota, a Secretaria de Governo, a quem a equipe de comunicação está subordinada, informou na noite desta sexta-feira (26), no entanto, que a Secom não observou a Lei das Estatais. Não cabe à administração direta intervir no conteúdo de publicidade.

“A Secom, ao emitir o email veiculado, não observou a Lei das Estatais, pois não cabe à administração direta intervir no conteúdo da publicidade estritamente mercadológica das empresas estatais”, disse.

Segundo assessores presidenciais, o setor jurídico do Palácio do Planalto avaliou que a medida desobedeceria às regras que disciplinam o funcionamento das estatais e avaliam agora de que maneira a mudanças pode ser feita.

O email foi obtido pela Folha. Segundo Valente, a mudança tinha como objetivo “maximizar o alinhamento de toda a ação de publicidade do Poder Executivo Federal”.

“Nós comunicamos que, a partir desta data, o conteúdo de todas as ações publicitárias, inclusive de natureza mercadológica, nos termos dos conceitos dispostos no art. 4º da Instrução Normativa Secom nº 1, de 27 de julho de 2017, abaixo copiados, deverão ser submetidos para conformidade prévia da Secom”, ressaltou.

O artigo citado detalha as modalidades de publicidade.

Anteriormente, eram submetidos à análise do Palácio do Planalto apenas publicidades de empresas estatais de perfis institucional e de utilidade pública.

As propagandas mercadológicas, ou seja, que têm como objetivo alavancar vendas ou promover produtos e serviços, não passavam pela chancela do Poder Executivo.

Petrobras e Banco do Brasil têm ações na Bolsa.

A inclusão das propagandas mercadológicas foi uma orientação do presidente após ele ter se irritado e censurado anúncio televisivo do Banco do Brasil, no qual atores representavam a diversidade racial e sexual do país.

No ar desde o início de abril, a propaganda de perfil mercadológico, voltado ao público jovem, foi suspensa depois que Bolsonaro assistiu ao filme.

No comercial, alguns atores tinham tatuagens e cabelos coloridos.

Bolsonaro telefonou para o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, para solicitar a demissão do diretor de marketing da instituição financeira, Delano Valentim. O pedido de demissão foi atendido.

Não é a primeira vez que Bolsonaro intervém em uma empresa pública. No dia 11 de abril, ele interferiu no preço do diesel.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras prepara venda de 8 das 13 refinarias

Empresa ficará só com Rio e SP; conselho de administração da estatal prevê também a desestatização de fatia da BR

O conselho de administração da Petrobras aprovou nesta sexta-feira (26) novo plano de venda de ativos que inclui a oferta de 8 das 13 refinarias da empresa, operações que transfeririam ao setor privado 46% da capacidade nacional de refino.

O plano prevê a venda de nova fatia da BR Distribuidora.

A venda de capacidade de refino é uma das bandeiras do presidente da companhia, Roberto Castello Branco, indicado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), sob o argumento de que a empresa precisa focar seus recursos no pré-sal.

Desde sua posse, o executivo também vem defendendo o fim do monopólio estatal no refino.

Em comunicado divulgado a investidores nesta sexta, a Petrobras informou que a venda dá “maior competitividade e transparência ao segmento de refino no Brasil”.

A proposta aprovada pelo conselho mantém a estatal com ativos de refino apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, maior mercado consumidor do país.

Todas as unidades localizadas em outros estados serão oferecidas ao mercado.

O processo, porém, deve enfrentar forte resistência de sindicatos, que já vêm se mobilizando contra a venda de refinarias desde que o primeiro pacote foi apresentado ao mercado em 2017, ainda no governo Michel Temer (MDB).

O modelo anterior previa venda de dois blocos de refino, um no Sul e outro no Nordeste, incluindo, cada um deles, duas refinarias, dutos e terminais. Foi criticado pelo risco de criar monopólios privados regionais e suspenso por Castello Branco.

No comunicado, a Petrobras disse que a proposta aprovada nesta sexta está em linha com posicionamento da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e biocombustíveis) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Em janeiro deste ano, o órgão de fiscalização da concorrência havia divulgado parecer de sua área técnica questionando o modelo anterior.

O pacote atual inclui as refinarias Alberto Pasqualini (RS), Presidente Getúlio Vargas (PR), Gabriel Passos (MG), Landulpho Alves (BA), Abreu e Lima (PE), Isaac Sabá (AM), a fábrica de lubrificantes e derivados Lubnor (CE) e a Unidade de Industrialização de Xisto (PR).

Segundo o modelo proposto, a estatal manteria sob seu controle as refinarias de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e Presidente Bernardes, Henrique Lage, Capuava e Paulínia, as quatro localizadas em São Paulo.

No caso da BR Distribuidora, disse a estatal petroleira, há estudos para oferta de fatia adicional ao mercado — em 2017, a companhia vendeu 18,75% do capital da subsidiária por R\$ 5 bilhões.

A estatal não informou qual seria o volume de ações ofertado, mas seus executivos já vêm falando em reduzir a participação para menos de 50%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bandeira amarela é acionada, e energia terá sobretaxa em maio

A conta de luz ficará mais cara no mês que vem. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta sexta (26) que será acionada em maio a chamada bandeira tarifária amarela, que gera cobrança extra.

A bandeira foi verde (sem sobretaxa) nos primeiros quatro meses do ano, em meio a um período de chuvas mais favoráveis nas regiões das hidrelétricas, principal fonte de geração do Brasil.

Mas expectativas de um clima mais seco e um consequente déficit de geração hídrica levaram à mudança de patamar em maio, disse a Aneel, enquanto

especialistas projetaram que o cenário ainda deverá piorar, com possibilidade a partir de junho de meses seguidos de bandeira vermelha.

A bandeira amarela gera custo extra de R\$ 1 a cada 100 quilowatts-hora, ante R\$ 3 da vermelha e R\$ 5 da bandeira vermelha nível 2.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Guedes afirma que burocracia impede baixa preço do gás

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta sexta-feira (26) que o governo deve anunciar em até 45 dias medidas para baratear o preço do gás natural no país.

Ele afirmou que a proposta vem enfrentando resistência da burocracia da Petrobras.

Guedes se reuniu com o economista Carlos Langoni, quem primeiro apresentou a ideia do “choque de Energiabarata” ao ministro.

Langoni diz acreditar que é possível reduzir à metade o preço do gás no país — a proposta trata do gás canalizado, não vendido em botijões.

Segundo o economista, o esforço não depende da aprovação de leis, mas apenas de medidas regulatórias. “São medidas muito simples, eu diria de uma simplicidade franciscana”, disse Langoni.

“A ideia de levar o gás para as famílias brasileiras pela metade do preço e reindustrializar o país por meio da Energiabarata é extremamente atraente”, defendeu o ministro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Fernanda Canofre

Título: Vale haveria alterado cálculos para obter laudo de barragem

Engenheiros dizem a CPI que foram substituídos após negarem fazer novo estudo

Um ano antes do rompimento da barragem B1, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a Vale tentou propor que a consultoria responsável pelo cálculo do fator de segurança mudasse seus parâmetros. A empresa Potamos foi afastada quando negou a proposta.

Isso relatou a engenheira civil e consultora da Potamos Maria Regina Moretti à comissão parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do estado, que apura a tragédia.

A barragem rompeu no dia 25 de janeiro, deixando pelo menos 233 mortos. De acordo com a Defesa Civil de Minas Gerais, 37 pessoas continuam desaparecidas.

Moretti depôs à CPI na quinta-feira (25) e relatou que a mineradora questionava a base de cálculo que definiu o fator de segurança da barragem como sendo de 1,09.

Segundo padrões internacionais, estrutura considerada segura tem fator igual ou maior a 1,3. Em 2017, outro estudo da Potamos atestou que a barragem B1 tinha fator de 1,06.

Moretti afirmou que a Vale pedia uso de novos dados que poderiam produzir um resultado diferente, com fator de segurança maior do que o constatado pela Potamos.

A mineradora sugeria, por exemplo, uso de dados laboratoriais, que, de acordo com a engenheira, costumam gerar parâmetros mais elevados que os reais, razão pelas quais a Potamos só utilizaria dados coletados em campo.

A engenheira afirmou ainda que os dados laboratoriais apresentados pela Vale tinham problemas de execução, consistência e erros.

“Como a gente não concordou em modificar essa metodologia de cálculo de parâmetro, acabamos sendo afastados do estudo”, afirmou ela.

A Vale substituiu a Potamos pela TuvSud, que fazia parte do mesmo consórcio. A empresa alemã refez os cálculos e também chegou a um fator de segurança de 1,09 para a B1.

No entanto, a TuvSud aponta no relatório que 1,05 já seria aceitável para que a estrutura fosse considerada segura, o que permitiu a assinatura do laudo de estabilidade.

Sócio da Potamos, Fernando Lima repetiu à CPI o que havia relatado em depoimento à Polícia Federal. Disse que a empresa questionou Makoto Namba,

engenheiro da Tuv Sud, sobre por que adotaram o fator de 1,05 e teria ouvido que, “se não fosse assim, a barragem não iria passar”.

Questionado, o advogado de Makoto Namba, Augusto de Arruda Botelho, questionou a capacidade técnica dos engenheiros da Potamos.

“Os sócios da Potamos são engenheiros hidráulicos e não teriam qualquer capacidade técnica para discutir questões relativas ao fator de segurança de qualquer barragem”, disse Arruda Botelho.

Segundo o advogado, “a conversa telefônica, nos termos indicados pela Potamos, nunca existiu”. “Todo o embasamento técnico que justificou a assinatura da declaração de estabilidade da barragem B1 foi apresentado nos diversos depoimentos já prestados.”

Fernando Lima disse ainda que, em 2017, a Vale havia encomendado estudos de intervenções para melhorar a segurança da barragem. A empresa teria mandado uma proposta, que ficou sem retorno.

Com 40 anos de experiências em barragens, Moretti afirmou ainda à comissão que não há dúvidas de que o rompimento se deu pelo processo de liquefação — quando a resistência do material saturado e fofo da barragem chega a um pico e cai, transformando-se em líquido.

Ela não soube dizer o que teria causado o processo. Vibrações por explosões, sismo e o fenômeno de erosão interna estão entre as possibilidades.

Questionada sobre se houve outra situação na carreira em que encontrou um caso preocupante como o da B1, Moretti falou da barragem da Samarco do Fundão, em Mariana. O rompimento da barragem, em 2015, deixou 19 mortos.

“Participei [dos estudos do Fundão] e fui afastada também”, disse. A Vale é uma das controladoras da Samarco.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor: Décio Odone

Título: A Petrobras deve ser privatizada?

A recente crise do preço do diesel mostrou o resultado de um modelo que vem fazendo água há tempos: o da concentração no setor de petróleo e gás. E trouxe à tona discussões sobre a privatização da Petrobras, que desde que foi criada se confunde com o setor no Brasil. A exploração e produção de petróleo foi aberta

nos 90, quando o monopólio foi extinto, mas, com a descoberta do pré-sal, a empresa voltou a ter privilégios. Nas áreas de refino e gás natural a sua posição dominante jamais foi revisada.

A distribuição de combustíveis e de gás de cozinha (GLP) há muito é controlada por poucas empresas, dentre elas subsidiárias da estatal, que é sócia de vinte das distribuidoras de gás natural nos estados. As contradições são visíveis. Enquanto a própria Petrobras defende o aumento da competição, as associações de empresas de distribuição, com o suporte e financiamento das subsidiárias da estatal, defendem a manutenção do modelo vigente. Embora a Petrobras atue legitimamente para defender os interesses dos seus acionistas, na maior parte privados, para muitos brasileiros ela é do povo e existe para fazer política pública.

O setor carece de investimentos, e a regulação reflete o modelo que privilegia a estatal e as suas subsidiárias, beneficiando também os seus poucos competidores privados. Os resultados são conhecidos. Enquanto a Petrobras, afetada pela Lava-Jato e pelo endividamento, vende ativos para reduzir a dívida e concentra recursos no pré-sal, o nível de atividade sofre, e os preços são questionados. O petróleo caminha para a obsolescência, mas ainda não conhecemos o potencial brasileiro, pois grande parte do nosso território segue inexplorada.

Os campos maduros da Bacia de Campos e do Nordeste declinam por falta de investimentos. Por não ter refinarias suficientes, nos tornamos um exportador de petróleo que importa combustíveis. Porque há concentração excessiva, e o mercado de gás não se desenvolveu. A Petrobras nunca teve condições de fazer tudo. Agora não quer mais. Porque o setor de petróleo e gás no Brasil é maior que a Petrobras, precisamos de muitas empresas investindo no país.

Quando havia controle de preços de gasolina e diesel, como no governo Dilma, só a Petrobras importava. Quando a Petrobras praticava preços acima dos internacionais, o que ocorreu nos períodos Lula e Temer, apareceram os importadores privados. O prejuízo era da estatal; o lucro de vários. Nesses períodos, os preços dos demais derivados e do gás natural tampouco seguiram as referências internacionais. Como a estatal detém o monopólio de fato no refino, o debate sobre os preços dos combustíveis contamina o governo. Mas as discussões só abrangem o preço na refinaria, 50% do total no caso do diesel e menos de 40% no da gasolina e do GLP. A distribuição segue dominada por poucas empresas.

O ICMS estadual, além de elevado, serve para acelerar a volatilidade no preço e na arrecadação dos estados. A sonegação, a adulteração, a fraude e a lavagem de dinheiro devem ser combatidas. Para modernizar a indústria de petróleo e

gás no Brasil e dar um choque de energia barata, como quer o governo, devemos enfrentar todos esses problemas de forma estruturada, adotando medidas para aumentar a competição no refino e na distribuição e para racionalizar o modelo tributário.

Se a Petrobras vender seus campos maduros, a metade do parque de refino e as subsidiárias que operam na distribuição de combustíveis e de GLP, como anunciou, se o mercado de gás for aberto para a competição, como tem sido discutido, e se a ANP estipular regras claras para a divulgação dos preços, estarão dados os passos mais importantes para modernizar o setor.

Em pouco tempo teremos substituído um monopólio por uma indústria competitiva e transparente. Os investimentos crescerão. Os preços passarão a ser ditados pela competição e a ser divulgados de forma transparente, tornando sem sentido potenciais intervenções do governo. As discussões sobre a privatização da Petrobras poderão se resumir a uma avaliação desapassionada sobre a melhor alocação dos recursos da União.

A companhia, se essa fora decisão política, poderá ser vendida, em partes para diminuir a concentração, levantando recursos que poderão ter um destino mais nobre que o setor de petróleo, já alvo então de investimentos privados mais elevados que os que a Petrobras sozinha jamais pode fazer.

Décio Oddone é diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras quer vender oito refinarias, do Sul ao Nordeste

Unidades têm capacidade de processamento de 1,1 milhão de barris por dia. Estatal pretende se desfazer de rede de postos no Uruguai e de fatia da BR Distribuidora

A Petrobras informou ontem que pretende vender oito refinarias que totalizam capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia. Esse volume corresponde a cerca da metade da capacidade da estatal. Além disso, a empresa pretende se desfazer da rede de postos no Uruguai e estuda fazer uma venda adicional de participação na BR Distribuidora. Hoje, ela tem 71% do capital da subsidiária, dona da maior rede de postos no país.

A decisão foi tomada pelo seu Conselho de Administração. O anúncio foi feito um dia depois de a empresa aprovar em assembleia mudança de regras que permite agilizar a venda de subsidiárias, que agora não precisam mais do aval dos acionistas.

MAIOR CONCORRÊNCIA

Estão nos planos da empresa a venda de refinarias como a polêmica Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, uma das obras envolvidas na Lava-Jato; Landulpho Alves (Rlam), na Bahia; Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná; Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul; e Isaac Sabbá (Reman), em Manaus; além da Unidade de Industrialização do Xisto (Six), no Paraná; e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará.

Para Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (Cbie), a notícia é positiva, mas é preciso atenção no modelo de venda para evitar a criação de monopólios regionais privados:

— É importante saber quem vai comprar para não se construirmos monopólios regionais. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) terá uma participação importante nesse processo. E a Petrobras terá que definir bem esse modelo.

Além disso, ele lembrou que a criação de maior concorrência no setor vai reduzir o risco de interferências do governo nos preços dos combustíveis, como ocorreu há duas semanas, quando a Petrobras recuou do reajuste de 5,7% no diesel após pedido do presidente Jair Bolsonaro, preocupado com uma possível greve dos caminhoneiros.

— Com mais concorrência, a Petrobras poderá ter mais liberdade de preços. Mas isso não significará necessariamente preços menores ao consumidor, pois os novos compradores vão seguir as cotações do mercado internacional — afirmou Pires.

Em nota, a Petrobras disse que a venda dos ativos possibilitará “maior competitividade e transparência ao segmento de refino no Brasil”, em linha com o posicionamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e às recomendações do Cade.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/04/2019****Seção: Rio****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: É preciso elevar pena para furto de combustível**

Contexto

A Petrobras tem como uma de suas prioridades convencer o governo federal e o Congresso a endurecer a legislação contra o furto de combustível. Para a estatal, é fundamental a criação de lei específica para esse tipo de crime. Hoje, quem é preso por roubar petróleo, gasolina ou diesel é enquadrado na lei que trata de organização criminosa ou furto qualificado, com penas de um a oito anos. Os casos de furtos, entre 2016 e 2018, causaram prejuízos de mais de R\$ 600 milhões.

VEÍCULO: O Globo**Data: 27/04/2019****Seção: Rio****Autor: MARCOS NUNES, DIEGO AMORIM E SELMA SCHMIDT****Título: Na conta da milícia**

Polícia investiga se grupo da Baixada está por trás de furto de gasolina que causou vazamento e feriu 4

A polícia investiga se um grupo de milicianos que atua na Baixada Fluminense está envolvido na tentativa de furto de gasolina de dutos da Petrobras que provocou, na madrugada de ontem, um vazamento no Parque Capivari, em Duque de Caxias. Segundo testemunhas, o produto, em alta temperatura, jorrou, a uma altura de 10 metros. Por causa do forte cheiro e do risco de explosão, casas próximas ao local do acidente tiveram que ser evacuadas às pressas. Mesmo assim, três moradores, entre eles uma menina de 9 anos, ficaram feridos. Um funcionário da Transpetro, subsidiária responsável pelo duto, se queimou ao tentar reparar a instalação.

Segundo o delegado Júlio Filho, da Delegacia de Defesa de Serviços Delegados, que apura o caso, outros furtos de gasolina, que aconteceram no ano passado, com a participação de paramilitares, também estão sendo investigados. Ele apura se há ligação entre eles.

—Estamos no início da investigação, e há a possibilidade de a milícia estar envolvida. Já acompanhamos os trabalhos dos peritos no local e vamos, na

segunda-feira, ouvir moradores da região e algumas das vítimas —disse o delegado.

O furto de gasolina tem se tornado um crime cada vez mais comum. De 2016 para cá, a Transpetro, que opera 2.400 km de dutos no Rio, registrou 203 casos de furto ou tentativa de furto. Somente no primeiro trimestre deste ano, foram sete ocorrências —20% do total do país. A gasolina roubada é, segundo as investigações, levada para depósitos clandestinos,principalmente na Baixada.

A tentativa de furto ontem foi numa área rural. Moradores contaram ter vivido momentos de desespero. Com medo de uma explosão e com dificuldade para respirar e enxergar —além do cheiro forte espalhado por uma névoa de produto que tomou a região —eles saíram de casa às cegas.

— Acordamos com um cheiro forte de gasolina. Ficamos com medo de explodir tudo e corremos só com a roupa do corpo — contou a dona de casa Maria Medeiros Peres, que vive a 100 metros do local do vazamento.

A Secretaria municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias afirmou que multará a Transpetro em R\$ 17 milhões por dano ambiental.

— O esguicho de gasolina chegou a 10 metros de altura por horas e horas. Atingiu até um pequeno mangue —disse o secretário Vitor Hugo Kaczmarkiewicz.

Em nota, a Transpetro informou que cerca de 70 profissionais atuaram na contenção do vazamento e que prestou toda a assistência aos feridos. A companhia não esclareceu qual a quantidade de gasolina que vazou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Ingrid Soares

Título: Vazamento de gasolina

Na madrugada de sexta-feira, um vazamento de gasolina provocado por uma tentativa de roubo em um duto da empresa Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, deixou cinco pessoas feridas. Dessas, duas foram liberadas ainda no local e três foram encaminhadas para o Hospital Estadual Adão Pereira Nunes. A Prefeitura de Duque de Caxias, por meio da Subsecretaria Municipal de Defesa Civil, informou que a empresa será multada em R\$ 17 milhões.

Com o forte cheiro do produto no local, uma menina de 9 anos desmaiou ao correr para fora de casa, que fica em frente ao local do vazamento. Ela caiu em uma poça de gasolina. Ana Cristina Pacheco foi operada pela manhã, está no CTI pediátrico e teve mãos, braços e pernas queimados. O estado de saúde dela é gravíssimo. Ela teve 80% do corpo queimado. No final da noite, ela foi transferida para o Hospital Pedro II, especializado em queimaduras. Além dela, o funcionário da Transpetro, Olavo Pacífico dos Santos, 51 anos, e o morador Antônio Martins da Silva, 53 anos, também ficaram feridos, mas já tiveram alta. Cães e gatos da região morreram em decorrência do gás liberado.

Ao Correio, o secretário de Defesa Civil de Duque de Caxias, André Luís Gomes Xavier, afirmou que recebeu o chamado da ocorrência por volta de 1h30 da manhã, com os moradores reclamando do forte odor no local. Ele apontou uma sequência de falhas por parte da empresa e a ausência de treinamento dos moradores do entorno, para a ocorrência de vazamentos semelhantes ao ocorrido.

“Chegando lá, a névoa estava muito forte, porque estava frio, o vazamento já havia ocorrido e a criança estava no chão. Evacuamos a área. A criança mora em frente à perfuração do duto. Ela abriu o portão, correu e desmaiou. Nisso, já estava formando uma valeta de gasolina caindo em cima dela. A gasolina que vazou é a do tipo A, a mais forte que existe. E não pode ser comercializada, porque ainda nem foi misturada ao anidro para ser vendida em bombas. O produto tem um cheiro muito forte e queima a pele. Até derreteu uma luva de borracha de um dos agentes da equipe”, explicou.

Consequências

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a multa para a empresa pode chegar a R\$ 17 milhões. A secretaria esclareceu que foi feita uma avaliação das causas, impactos ambientais e consequências do vazamento. Segundo a pasta, o acidente poderia ter sido evitado se a Transpetro mantivesse o monitoramento contínuo dos dutos que cortam o Município. Eventos de furtos de combustível já aconteceram outras vezes e nenhuma medida de precaução em relação à segurança dos dutos foi tomada. De acordo com a legislação mencionada, a falta de ações de prevenção à violação dos dutos é considerada infração gravíssima.

A Secretaria ressalta ainda que o acidente provocou impactos diretos à fauna e à flora, solo e corpos d'água superficiais e subterrâneos e à população. Os vapores liberados alcançaram um raio de aproximadamente 5km. Já o combustível líquido atingiu uma área no entorno de 25 mil metros quadrados. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, três unidades escolares foram fechadas devido ao acidente.

A Defesa Civil de Duque de Caxias informou que quatro famílias, com um total de 17 pessoas, precisaram sair de suas casas por causa do vazamento, entre eles a menina de 9 anos.

Em nota, a Transpetro, informou que o risco de explosividade foi reduzido que continua monitorando a região. A companhia disse prestar toda a assistência necessária às vítimas e às famílias dos moradores do entorno. O volume vazado está sendo estimado. A Delegacia de Defesa dos Serviços dos Delegados (DDSD) informou que investiga o caso. Para hoje, está prevista uma reunião entre membros de segurança do município de Caxias e deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para a possível abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os furtos de combustíveis. Entre 2017 e 2019, foram registrados 70 furtos na região.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 27/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Maio com extra na luz

As contas de luz vão ficar mais caras em maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu que a bandeira tarifária de maio será amarela, o que implicará custo adicional de R\$ 1 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumido. De dezembro até abril, estava em vigor a bandeira verde, em que não há cobrança de taxa extra.

As duas variáveis que definem o sistema de bandeiras tarifárias são o preço da energia no mercado de curto prazo (PLD) e o nível dos reservatórios das hidrelétricas, medido pelo indicador de risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês).

Para o mês de maio, a previsão é que o nível das chuvas (definido pela Energia Natural Afluente) caia nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte do país, movimento que é comum nessa época do ano, até mesmo pelo alto nível observado no mês de abril.

“Maio é o mês de início da estação seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Embora a previsão hidrológica para o mês indique tendência de vazões próximas à média histórica, o patamar da produção hidrelétrica já reflete a diminuição das chuvas, o que eleva o risco hidrológico (GSF) e motiva o acionamento da bandeira amarela”, diz nota divulgada pela

Aneel.

Com relação ao PLD, a Aneel avalia que, diante da perspectiva de que as afluências aos principais reservatórios fiquem perto da média, o PLD deve permanecer próximo ao registrado nos últimos meses.

Os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que representa 40% da geração hidráulica do país, se encontram em 44% da capacidade total, nível ainda baixo mas que apresentou considerável melhora no mês de abril. No fim do mês, a expectativa é que os reservatórios na região atinjam o nível de 49% da capacidade total.

Além disso, a região Sul deve voltar a apresentar melhora considerável na situação de seus reservatórios (deverão terminar o mês operando com capacidade próxima a 60% do total) assim como a região Norte, que deverá manter o bom nível ao longo do próximo mês.

A Aneel deve anunciar a bandeira tarifária que vai vigorar em junho no dia 31 de maio.

MME / ASCOM .